

UMA PAZ NÃO-KANTIANA? SOBRE A PAZ E A GUERRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Paulo Roberto de Almeida*

RESUMO

Em 1948, Raymond Aron, convencido dos impasses da Guerra Fria, formulou um diagnóstico por ele confirmado três décadas depois: “paz impossível, guerra improvável”. Uma leitura não-kantiana dos problemas da paz e da guerra atualmente – isto é, não condicionada aos sistemas políticos dos contendores, mas situada na tradição aroniana – poderia introduzir novas reflexões sobre a natureza dos conflitos contemporâneos. As possibilidades de conflito aberto entre as grandes potências retrocederam em relação ao panorama de guerras totais, de estilo clausewitziano, que Aron contemplava em sua época. Mas não estamos sequer próximos de qualquer tipo de paz “kantiana”. O cenário estratégico poderia ser resumido numa paráfrase da afirmação aroniana: paz possível, conflitos prováveis.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra. Paz. Globalização. Conflitos contemporâneos.

*Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico, Diplomata de carreira; Professor de Economia Política Internacional no Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub); Professor colaborador no Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores (www.pralmeida.org; pralmeida@mac.com).

Uma paz não-kantiana? Sobre a paz e a guerra no contexto da globalização*

Paulo Roberto de Almeida

“Não é de se esperar que reis filosofem ou que filósofos se tornem reis, mas tampouco é de se desejar, porque a posse do poder corrompe inevitavelmente o livre julgamento da razão. Porém, é indispensável, para iluminar sua ocupação, que reis ou povos reais (que governam a si mesmos segundo leis de igualdade) não atrofiem ou emudeçam a classe dos filósofos, mas a deixem falar publicamente...”

Immanuel Kant, *Sobre a paz perpétua* (1795).

1. INTRODUÇÃO: RAYMOND ARON CORRIGE IMMANUEL KANT

Immanuel Kant tinha plena consciência da limitação intelectual dos soberanos, bem como das limitações práticas dos intelectuais, mas ele pretendia, ainda assim, que os primeiros engajassem os segundos como seus consultores oficiais. Esta aspiração, comum a tantos conselheiros do príncipe, atravessa os tempos desde Platão e Niccolò Machiavelli, até o próprio Raymond Aron, que certamente não foi emudecido – talvez por viver em uma república kantiana – em sua missão de iluminar o livre julgamento da razão.

Em 1948, no seu livro de “estreia” sobre as relações internacionais (*Le Grand Schisme*), Raymond Aron, convencido dos impasses da Guerra Fria que recém se iniciava e consciente dos perigos de um enfrentamento direto entre os dois gigantes saídos da recente confrontação global contra as potências nazi-fascistas, formulou um diagnóstico preciso sobre o cenário estratégico, previsão que ele ainda confirmou, mais de três décadas depois, num livro publicado postumamente (*Les Dernières Années du Siècle*, 1984): “paz impossível, guerra improvável”.

* O presente ensaio foi preparado originalmente para o Segundo Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Niterói: UFF, 16-19 de julho de 2008; www.uff.br/pgcp/abed.html).

Depois de um século XX caracterizado por matanças indescritíveis, em escala jamais vista em épocas anteriores da história da humanidade, num cenário bem descrito por Neill Ferguson em um de seus mais recentes livros (*The War of the World*, 2006), o mundo do século XXI parece agora encaminhar-se para uma fase de relativa paz, pelo menos no que se refere ao relacionamento recíproco entre os grandes centros de poder (em outras épocas definidos como "sistemas imperiais"). Abstraindo-se os conflitos regionais e as guerras civis, tanto o caráter quanto a intensidade, bem como recorrência dos conflitos contemporâneos, parecem retroceder em relação ao panorama de guerras totais, observadas ainda há menos de duas gerações. As mudanças são devidas tanto a alterações fundamentais na "arte da guerra" – com a irrupção do artefato atômico e a possibilidade de aniquilamento da civilização – como em função da crescente interdependência econômica entre os sistemas nacionais, depois de séculos de mercantilismo, de exclusivismo colonial, de nacionalismo, de regionalismos imperiais e de políticas autárquicas e centralizadas no Estado.

Uma leitura não-kantiana dos problemas da paz e da guerra – isto é, não condicionada aos sistemas políticos de possíveis contendores, mas certamente situada na tradição aroniana de *Paz e Guerra entre as nações* (1962) – poderia introduzir novas reflexões sobre a natureza dos conflitos contemporâneos. As possibilidades de conflito entre as grandes potências parecem retroceder em relação ao panorama de guerras totais, de estilo clausewitziano, que Aron contemplava em sua época, não obstante o poderio atômico. Certamente não estamos sequer próximos de qualquer tipo de paz "kantiana", mas o cenário estratégico poderia ser resumido numa paráfrase da afirmação aroniana, da seguinte forma: paz possível, conflitos prováveis.

2. GUERRA E PAZ EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Uma visão de largo espectro histórico – isto é, nos últimos cinco séculos – sobre a evolução dos grandes conflitos entre as principais potências militares poderia oferecer o panorama seguinte. As grandes nações guerreiras, que se identificam com os Estados nacionais criados após o Renascimento – ou mesmo antes –, deixaram o cenário de pequenas guerras de posição, muitas vezes

travadas com o recurso eventual a tropas mercenárias, comuns nos séculos XV e XVI, para as guerras de conquista e ocupação, típicas do cenário europeu entre os séculos XVII e XVIII. Importantes inovações táticas e estratégicas, de estilo clausewitziano ou napoleônico, foram inseridas ao longo do século XIX, tanto na forma de conduzir os combates sobre o terreno, como em relação às condições logísticas e estruturais subjacentes da “arte da guerra”, passando a envolver a mobilização de forças nacionais em larga escala. Comparado, ao século XX, o século XIX poderia retrospectivamente ser visto como relativamente “pacífico”. Com exceção de guerras localizadas, de “unificação nacional – Prússia contra Áustria e França, ademais da pequena Dinamarca, para constituir o Segundo Reich; aventura garibaldiana contra os Estados papais para consolidar o domínio da Casa de Saboia sobre o conjunto da península itálica – e da campanha franco-britânica contra a Rússia, na Guerra da Criméia – para impedi-la de fechar o estreito de Dardanelos –, as grandes potências europeias praticamente não se enfrentaram, em qualquer hipótese, não em conflitos globais. O potencial de destruição, a despeito de progressivamente aumentado pelo tamanho crescente dos canhões, pelas cargas de cavalaria e pela metralhadora Maxim, permanecia modesto, na perspectiva do que veio depois, com o alcance da artilharia, a rapidez dos tanques e os bombardeios aéreos maciços.

O cenário mundial do século XX – que começa marcado por novas aventuras coloniais dos grandes impérios nacionais – conheceu uma inacreditável explosão de violência, sob a forma de duas guerras globais que não mais pouparam instalações ou populações de espécie alguma. Depois do horror provocado pelas armas químicas na Primeira Guerra Mundial e dos bombardeios devastadores, indiscriminados e incendiários, contra alvos civis, no decorrer da Segunda, o advento da arma atômica, ao final desta, sinalizou um limite para o exercício da violência militar, uma vez que ela poderia implicar o terror de um holocausto global. A contabilidade macabra deixada por esses grandes conflitos se cifra em dezenas de milhões de vítimas, conforme registra Niall Ferguson em *The War of the World*.

Curiosamente, o mesmo Ferguson, em palestra-resumo de seu livro anterior, *Cash Nexus*, não deixou de sublinhar as perspectivas otimistas que a segunda onda da globalização despertava nos *true believers* da pacificação capitalista da *belle époque*: os “crentes” no

progresso econômico eram otimistas de que o ciclo de prosperidade trazido pela interdependência econômica criada no último terço do século XIX seria um fator atenuante das paixões guerreiras. Como ele escreveu:

Em 1898, o financista polonês Ivan Stanislavovich Bloch publicou um magnum opus em seis volumes que apareceram em inglês sob o surpreendente título de *Is War Now Impossible?* Bloch argumentava que, em qualquer guerra continental, as finanças seriam “o elemento decisivo e dominante na matéria”, levando as hostilidades a uma rápida conclusão. “O futuro da guerra”, disse Bloch, “não será a morte dos homens, mas a bancarrota das nações”. Ele não estava sozinho em pensar assim. Em *The Great Illusion*, publicado em 1910, Norman Angell dizia que “a profunda mudança efetuada pelo crédito e a ‘interdependência delicada das finanças internacionais’ tinham tornado a guerra irracional e talvez mesmo impossível, uma vez que ‘nenhuma força física poderia superar a força das finanças’.” Em menos de cinco anos, as potências europeias iriam demonstrar quão erradas estavam essas noções otimistas. Em julho de 1914, os apelos desesperados dos Rotschilts e dos Warburgs de que uma guerra europeia iriam destruir a ‘delicada interdependência das finanças internacionais’ foram simplesmente ignorados. Longe de impedir a guerra, a ‘força do crédito’ tornou possível conduzir a guerra numa escala ainda mais vasta e por muito mais tempo do que os peritos financeiros do pré-guerra – inclusive John Maynard Keynes – pensavam que fosse possível. (Ferguson, 2001).

Em vista de uma percepção objetiva quanto aos custos da guerra para os atuais “impérios”, é provável que essas superpotências não mais voltem a se enfrentar diretamente em grandes guerras totais, mas que procurem se acomodar mutuamente com o recurso às negociações ou, quando for necessário, às guerras localizadas e aos conflitos militares por procuração – *proxy wars* –, mas que não mais envolverão a escalada final, isto é, a destruição completa do inimigo, pois que isso poderia significar sua própria destruição (quando não uma hecatombe em escala planetária).

De fato, nas mais de seis décadas que sucederam aos bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki, a arma atômica não foi empregada novamente em conflitos militares, a despeito de doutrinas prevendo sua utilização plena – como aquela que ficou conhecida pelo acrônimo MAD, *Mutually Assured Destruction*, no auge da Guerra Fria; e de cálculos ou até planos para que fossem efetivamente usadas, por ocasião da guerra da Coreia, contra a China (ensejando a demissão do comandante militar americano, MacArthur, pelo presidente Truman).

Alguns, entretanto, alegam que elas foram, sim, *usadas*, sobretudo quando da crise envolvendo mísseis soviéticos em Cuba (1962), quando militares dos dois lados chegaram a armar mísseis: o que ocorreu, simplesmente, foi que elas não foram *disparadas*, mesmo tendo entrado nos cálculos estratégicos dos dois contendores. Os mísseis armados de ogivas nucleares continuam a fazer parte dos cálculos táticos de todos os planejadores militares que deles dispõem, ainda que líderes políticos os considerem sobretudo como elementos de dissuasão estratégica.

Seja no decorrer da Guerra Fria, quando os cálculos quanto à sobrevivência do contendor, depois do primeiro ataque, eram bastante incertos, seja, sobretudo, depois da “liquidação” do socialismo – para todos os efeitos práticos, isto é, enquanto “modo alternativo” de organização social da produção e de regime político – já não parecem existir motivos fundamentais para um “enfrentamento definitivo” entre as potências da atualidade, já que nenhuma delas disporia, aparentemente, de motivos securitários para ameaçar a existência de outra, e vice-versa. Qualquer que seja a interpretação que se possa fazer da equação estratégica na era atômica, a evidência empírica é a da autocontenção na “subida aos extremos”, por parte das potências contemporâneas.

Não se quer, com isso, cair no otimismo algo ingênuo de Bloch e de Angell, que acreditavam que a interação de tantos interesses econômicos e financeiros entre as grandes potências europeias da *belle époque* simplesmente as impelia a um tipo de racionalidade instrumental, que evitaria o deslanchar de uma guerra de proporções abrangentes. Mas o argumento quanto à interpenetração de interesses econômicos não deixa, no entanto, de ter o seu valor, como se procurará argumentar em seguida.

3. SOBRE UMA PAZ NÃO-KANTIANA, EM MEIO A CONFLITOS PROVÁVEIS

Minha *tese principal* é a de que guerras interimperiais se tornaram uma quase impossibilidade prática nas condições da globalização ascendente. Em outros termos, não haverá mais guerras totais, de estilo e corte clausewitziano-napoleônico, como as ocorridas no século XX. A tese é válida pelo futuro previsível, ou pelo menos para o horizonte possível das interações capitalistas suscetíveis de se desenvolver entre “candidatos” a um enfrentamento hipotético no cenário global já referido.

Isto não implica, contudo, o estabelecimento de uma paz kantiana, ainda que não perpétua. Esta implicaria a pacificação dos possíveis contendores com base numa mesma identidade política fundamental enquanto forma ideal de administração dos homens e das sociedades, o que, para o filósofo de Königsberg, seria representado por regimes constitucionais relativamente liberais (este é o sentido correto do conceito de “constituição republicana”, como referido por Kant, ou seja, um regime de igualdade legal entre os cidadãos). O “fim da história”, sugerido por Fukuyama, pode até acarretar a quase universalização da economia de mercado – o que, mais exatamente, corresponde a um “*fim da geografia*” – mas esse fenômeno econômico não significa, necessariamente, a existência exclusiva da democracia política enquanto padrão único ou universal para todos os participantes do jogo estratégico.

A “quase” impossibilidade de uma guerra interimperial redundante, em sentido oposto, na “quase” impossibilidade de uma paz kantiana (perpétua ou temporária, não importa aqui), uma vez que nem todos os contendores hipotéticos ostentam “*constituições republicanas*”. Mas esta é uma condição “quase” filosófica, em sentido próprio; não uma condição estrutural, ou empírica, das relações inter-imperiais na situação concreta da modernidade capitalista. Alguns (Robert Kagan, por exemplo) até acreditam que vivemos um “quase” retorno da história, para o velho equilíbrio de poderes do século XIX, no qual a relativa equivalência militar das potências mais importantes estabelece um impasse estratégico, eventualmente baseado em alianças rivais.

O cenário político-estratégico ainda é o da “anarquia” moderada, ou seja, sem entendimentos essenciais entre os principais atores do grande jogo do poder quanto à administração de conflitos, mas com um entendimento básico sobre a impossibilidade de se vencer uma

guerra no quadro atual de impasses recíprocos trazidos pelos vetores nucleares. O realismo cínico dominante desde sempre poupará a história futura de uma repetição patética de equivalentes atômicos de acordos tão ingênuos e ineficazes quanto o pacto Briand-Kellog (1928). Ninguém mais discute futilidades em torno de um equivalente contemporâneo da "paz perpétua", mesmo porque potências que se respeitam não costumam fazer concessões de nenhum tipo, nem renunciar à soberania última de dispor elas mesmas do direito de recorrer à guerra quando seus interesses fundamentais estiverem em jogo. Mas elas são responsáveis o suficiente para não deixar que esses interesses sejam contestados ao ponto de uma ruptura definitiva, que seria de natureza atômica.

Desse ponto de vista, o instinto de sobrevivência de atores responsáveis – até mais do que cálculos racionais quanto à "economia política" de um conflito nuclear – fará com que se mantenham fechadas as bainhas dos mísseis balísticos, ainda que estes possam ser contados para fins de uma pequena contabilidade macabra. Não haverá, contudo, a despeito da crescente interdependência econômica entre esses atores, aproximação entre seus sistemas políticos, de maneira a permitir alguma forma atualizada de uma "santa aliança das democracias", pela simples razão de que poucos atores de primeiro plano são ou serão democracias de verdade, no sentido kantiano do conceito. De fato, o que temos hoje (e o que teremos pelo futuro previsível) no *inner sanctum* do CSNU, são três democracias de estilo ocidental e duas autocracias em transição, quase ao estilo do despotismo oriental de que falava Karl Wittfogel, com todo o peso opressor das burocracias públicas "racionalizadas".

Minha *tese secundária* é a de que essa ausência de guerras totais – ou de uma grande guerra "final" – não significa a inexistência de conflitos, alguns sérios, entre os grandes atores. Pode até ser provável que eles ocorram com maior frequência, na ausência do já referido enfrentamento "final". Mas os conflitos prováveis não devem impedir o estabelecimento de um novo ambiente de "paz provável" entre os mesmos hipotéticos contendores, no quadro mais geral de "disputas possíveis" entre eles. Haveria elementos suficientes para afastar o perigo de guerras entre esses atores de primeiro plano, ao mesmo tempo em que se declara a plausibilidade de conflitos entre eles? O que sustenta tal tipo de análise?

De fato, a assertiva acima, que torna improvável uma guerra “verdadeira”, ou direta, entre os grandes atores – ou impérios – da atualidade, pode parecer ingênua, ou totalmente irrealista, em face de precedentes já acumulados, ou seja, tendo em conta os “testes militares” já realizados no curso da história. Em que sentido os precedentes históricos poderiam abrir caminho a uma possível repetição do passado?

Uma lista de elementos suscetíveis de explicar os conflitos interimperiais do período anterior, “napoleônico” ou “*bismarckiano*”, poderia ser assim feita: disputa por matérias primas, sobretudo energéticas, disputas que, todavia, não precisariam implicar em conquistas territoriais *stricto sensu*, bastando a conclusão de acordos comerciais (difíceis, porém, de serem feitos, nas condições coloniais do século XIX e da primeira metade do século XX); necessidade de acesso a mercados e garantias de fornecimento de mercadorias consideradas estratégicas a processos produtivos ligados à segurança nacional; busca de “espaços vitais” para a exportação de “excedentes demográficos”; desejo de prestígio, associado à posse de dependências periféricas; e, claro, a própria segurança do Estado em causa, contra um vizinho ameaçador.

Em que sentido se poderia dizer que os mesmos elementos que existiam na conjuntura de um século atrás continuam existindo na atualidade? Se eles possuem seus equivalentes funcionais contemporâneos, poderiam eles conduzir eventualmente a um cenário de enfrentamentos tão mortíferos quanto aqueles conhecidos no teatro europeu, entre 1870 e 1945, ou no contexto asiático, da Guerra do Pacífico entre o Japão e os EUA?

O que se poderia argumentar, finalmente, é que, existindo, ou não, algumas coincidências entre essas situações separadas no tempo, mas unidas pelo seu caráter “estrutural”, não há nenhuma garantia segura – como poderia, talvez, sublinhar Raymond Aron – de que as grandes potências não venham a se enfrentar novamente, num conflito de grandes proporções, no futuro previsível.

Contra o argumento da “circularidade” da história, no caso dos enfrentamentos imperiais, eu levantaria a minha *terceira tese*, que consiste simplesmente em afirmar que as grandes potências não mais empreenderão a “aniquilação” dos seus adversários pela razão muito prática de que isto poderia significar, também, sua própria destruição.

Nas condições de preparação atômica que são as existentes atualmente, essa hipótese deve estar plenamente integrada, se não nos cálculos estratégicos dos militares, pelo menos nas avaliações políticas que conduzem estadistas responsáveis.

Outro fator, de caráter propriamente econômico, condiciona o recurso último ao enfrentamento militar nas condições contemporâneas: o mundo, longe da autarquia dos séculos e sistemas econômicos precedentes, se tornou de verdade interdependente e globalizado, no plano da produção, do abastecimento, da distribuição, das finanças e dos sistemas de informação, com mercados relativamente abertos e competitivos presidindo aos grandes intercâmbios. Limitações existem, por certo, como no caso das tecnologias proprietárias e dotadas de sensibilidade militar; mas também existe um mercado para esse tipo de produto especial, inclusive no terreno da espionagem (que também responde a cálculos racionais de utilização de "recursos escassos").

Na medida em que a capacitação tecnológica e sua incorporação em sistemas defensivos e ofensivos nacionais respondem pelo essencial da supremacia militar nas condições contemporâneas, a competição entre impérios se dará, basicamente, no terreno científico-tecnológico, com disputas residuais por acesso a insumos e produtos relevantes para que esses sistemas continuem a funcionar normalmente. Tendo em vista que essa capacitação se dá, também, crescentemente, por meio de redes unindo pesquisadores dos mais diversos países – inclusive daqueles teoricamente "rivais" –, não parece haver, nessas condições, qualquer elemento "precursor" de um conflito de grandes proporções entre esses impérios. Estes são, portanto, os fundamentos de uma paz não-kantiana.

4. DA GRANDE PARA A PEQUENA GEOPOLÍTICA (EM TORNO DOS CONFLITOS REGIONAIS)

Se meus argumentos expostos acima estão corretos, a nova perspectiva de um mundo pós-aroniano – ou seja, consubstanciado numa paráfrase adaptada do seu famoso diagnóstico da época da Guerra Fria, revertendo em afirmar: "paz possível, conflitos prováveis" – representaria, também, a aposentadoria de outros teóricos da supremacia militar e dos conflitos interimperiais, entre eles Mackinder e sua famosa tese sobre o "pivô" da dominação hegemônica (como sendo o *heartland* euroasiático).

O que significa a tese de Mackinder para os conflitos da era contemporânea? Provavelmente a transposição para o mundo da geografia política de suposições muito próximas do universo clausewitziano, por sua vez baseadas no domínio do terreno de manobras militares. Talvez o mesmo se aplique a Mahan e sua tese sobre o domínio dos mares. Na verdade, eles não estão de todo errados, ou sequer ultrapassados: suas teses podem ainda ter aplicação aos conflitos convencionais que, no entanto, deixam o terreno da grande geopolítica – isto é, da luta pela hegemonia total – para se refugiar nos conflitos parciais, localizados, de caráter regional ou geograficamente limitados.

Onde e quando se distinguem esses dois tipos de geopolítica, a grande e a pequena? Vamos começar pela grande.

Inglaterra e Espanha tiveram um grande enfrentamento geopolítico no século XVI, em torno de seus interesses nacionais respectivos (que não se limitavam ao controle do Atlântico norte). França e Inglaterra estiveram em conflito geopolítico no decorrer dos dois séculos seguintes, na Europa e nas Américas, episódios apenas concluídos com a derrota definitiva de Napoleão (ainda assim com escaramuças subsequentes, localizadas na África e no sul da Ásia). Depois, ambas as potências levaram uma luta geopolítica conjunta contra a expansão russa em direção do Mar Negro e contra o império otomano, nos Balcãs e no Oriente Médio. O século XIX e a primeira metade do século XX foram, indiscutivelmente, etapas sucessivas da grande luta hegemônica conduzida pela Alemanha em sua busca de supremacia geopolítica na Europa central e em âmbito mundial. O Japão acompanhou a tendência, no mesmo período, tentando construir sua esfera de “co-prosperidade” na Ásia, primeiro derrotando a China e a Rússia em conflitos limitados, depois invadindo a China em grande estilo, finalmente enfrentando o grande rival geopolítico no Pacífico, os EUA.

Este grande ator geopolítico do século XX – e provavelmente dos próximos séculos, também – começou sua trajetória para a hegemonia militar de forma muito limitada, perdendo sua “segunda” guerra de independência (1812) contra a Inglaterra, mas ganhando progressivamente terreno para sua projeção continental por meio de aquisições sucessivas de território na base da compra amigável (França, Espanha e Rússia) ou da posse pelas armas (México). Mas estas foram escaramuças da pequena geopolítica, ainda que inseridas num projeto geopolítico de enorme amplitude. Os testes decisivos

para a projeção imperial dos EUA começaram, provavelmente, na guerra civil, que confirmou a natureza industrial e tecnológica da supremacia militar da nação americana, e tiveram plena confirmação na guerra hispano-americana de 1898, quando o novo *hegemon* regional adquire *status* de grande potência apta a atuar no plano mundial, o que ele faz em 1917, nos campos do norte da França.

O resto do hemisfério americano teve apenas conflitos de pequena geopolítica. Mas não se pode descurar a grande importância estratégica dos conflitos que agitaram a América do Sul em torno do domínio no Prata, com uma sucessão de entreveros que contou, inclusive, com a união dos dois grandes competidores regionais – Argentina e Brasil – contra um pequeno candidato a ditador animado de pretensões napoleônicas. Um conflito geopolítico de maiores proporções foi evitado entre os dois grandes da América do Sul, provavelmente devido ao fato que nenhum deles necessitava ter contra o outro uma afirmação territorial que fosse essencial para a realização de seus grandes objetivos nacionais, de resto bastante limitados nos terrenos econômico – já que ambos eram exportadores de produtos primários para mercados desenvolvidos – e no terreno militar, também. A diplomacia tranquila do Brasil foi, igualmente, um fator de arrefecimento dos ardores geopolíticos dos seus respectivos militares, já que as doutrinas e concepções estratégicas respectivas dos estados-maiores da Argentina e do Brasil contemplavam, sem dúvida, um enfrentamento provável em caso de erosão do bom entendimento mantido pelas suas lideranças oligárquicas.

A Europa conhecia, durante todo o período, conflitos de pequena geopolítica, geralmente nos Balcãs e em outras zonas periféricas. Mas as pretensões dos impérios centrais permaneciam intactas, mesmo com a imensa destruição trazida pela Grande Guerra. Depois da derrota da grande geopolítica da Alemanha hitlerista e do Japão militarista – com a intervenção mais histriônica do que efetiva da Itália fascista –, a Europa encerrou melancolicamente sua “segunda guerra dos Trinta Anos” (1914-1945) para ceder o terreno aos dois gigantes geopolíticos que emergem ao final da Segunda Guerra: EUA e URSS.

O grande conflito geopolítico conhecido como Guerra Fria durou mais de 40 anos, e não se tem certeza de que ele tenha sido definitivamente enterrado em 1991. Tratou-se, em todo caso, do mais formidável conflito jamais empreendido por qualquer império

do passado, com a particularidade de que ele nunca foi transposto para o terreno das armas, efetivamente. Os principais episódios se deram por procuração – *proxy wars* –, em ambientes regionais, geralmente periféricos, e em poucas ocasiões os mísseis tiveram de ser ajustados para eventual uso direto. Claro, os principais focos de tensão sempre estiveram na Eurásia, como gostaria a teoria de Mackinder. Mas os dois grandes candidatos a hegemonia exclusivos contemplavam o cenário mundial como o verdadeiro terreno de uma disputa mortal, que combinava tanto elementos de Sun Tzu e de Clausewitz, quanto aspectos puramente psicológicos e clandestinos, associados à luta de inteligência, mais até do que ao planejamento militar.

Essa grande geopolítica da era bipolar se encerrou melancolicamente para um dos contendores e não é seguro que a finada União Soviética venha a ser substituída por um novo desafiante, supostamente a República Popular da China, como acreditam alguns planejadores militares americanos. Qualquer que seja o futuro das relações bilaterais, tudo indica que a China não vê nos EUA o seu inimigo principal, ainda que os EUA possam considerar a China como seu contendor estratégico. O mais provável que ocorra é uma coexistência problemática, feita de conflitos setoriais e episódicos – como a incorporação de Taiwan à soberania da RPC, por exemplo – e de fricções localizadas nos países periféricos, fornecedores de materiais estratégicos. Tudo o mais será suscetível de ser absorvido nos grandes mercados capitalistas que passam a unir, de forma definitiva, os interesses, não dos Estados, mas das empresas multinacionais de ambos gigantes da era pós-Guerra Fria.

A Rússia atual, e futura, ainda que dotada de armas “estratégicas”, só parece ter condições de se envolver em conflitos de “pequena geopolítica” a partir de agora, mesmo se alguns desses conflitos apresentam implicações globais (como os sistemas de mísseis intercontinentais, os recursos energéticos da Ásia central e outros assim). A União Europeia deve demorar, pelo menos, uma geração mais para se apresentar como ator militar, e geopolítico, credível, recuperando, talvez, sua importância maior nas grandes batalhas futuras da “geopolítica tecnológica”, isto é, nos terrenos que conformaram a quarta e a quinta revolução industrial, combinando microeletrônica, engenharia genética e novos materiais (nano e biotecnologia).

Potências médias, por sua vez, continuarão alimentando os anais da pequena geopolítica, algumas com maior ardor militar (Índia) do que outras (Brasil). Esta será bem mais movimentada do que a grande geopolítica, que não parece mais mobilizar o planejamento efetivo dos grandes impérios da atualidade. Isto não significa que os planejadores militares desses grandes impérios deixarão de contemplar cenários de enfrentamentos de última instância, inclusive com o recurso efetivo à arma extrema; mas a plausibilidade de transposição desses cenários para as salas de comando em situações de alerta total parece estar cada vez mais distante.

Nesse sentido, o mundo contemporâneo parece mais guiado por Montesquieu e Adam Smith do que por Clausewitz, Mahan ou Mackinder. Em outros termos, a interdependência global atua no sentido de arrefecer ardores guerreiros dos atuais (e futuros) responsáveis imperiais. O mundo de Kant ainda está muito distante, mas um autor que conserva atualidade e permanência é, seguramente, Sun Tzu, inclusive porque seus princípios, tomados em sua forma mais abstrata e genérica, podem ser igualmente aplicados ao mundo dos negócios e da diplomacia. Este será o mundo do futuro, em que pese a importância sempre decisiva dos militares. Estes continuarão relevantes, em qualquer hipótese.

Minha *última tese* é a de que os militares precisam se preparar cada vez mais para cenários de "pequena geopolítica", onde serão mais facilmente mobilizados. Poderão, é claro, continuar estudando a "grande geopolítica", mas sempre com a intenção, aqui secreta, de não precisar subir aos extremos e precipitar o julgamento final.

Como dizia Sun Tzu, a guerra tem importância crucial para os Estados e, no cenário previsível, nenhuma comunidade internacional suplantará o poder dos Estados nacionais nas questões definitivas de guerra e de paz. Nas condições da globalização, porém, a guerra não tem mais por objetivo conquistar terrenos, subjugar inimigos ou esmagar competidores. A "guerra" econômica da atualidade (e, presumivelmente, cada vez mais, as "guerras" do futuro) tem mais a ver com o domínio da tecnologia e do saber científico do que com o deslocamento de tropas no terreno, mesmo que este ainda seja um fator diferencial para os conflitos de pequena geopolítica do presente (e, aqui, tanto Clausewitz quanto Maquiavel podem ser de grande auxílio intelectual).

Quanto à grande geopolítica, ela provavelmente terá mais a ver com Adam Smith do que com Kant, ainda que este continue relevante, talvez em alguma combinação com o primeiro, ainda não exatamente detectada pelos cientistas políticos da globalização. Quanto a Raymond Aron, ousa reinterpretar seu velho diagnóstico do início da Guerra Fria e formular uma antevisão para os primeiros (e seguintes) anos do século XXI: guerra distante, paz possível, mas conflitos muito prováveis...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aron, R., *Le Grand Schisme*, Paris, 1948.

_____ *Paz e Guerra entre as nações*, 1962.

_____ *Les Dernières Années du Siècle*, 1984.

Kant, I., *Sobre a Paz Perpétua*

Ferguson, N. *The War of the World*, 2006.

_____ (2001) *The Cash Nexus: Banking and Politics in History*, A lecture delivered by Professor Niall Ferguson of Oxford University, 30 April 2001. *The Rotschild Archive*, Review of the year, April 2000 – March 2001, p. 9-15

Esquema e resumo: Brasília: 1867, 3 março 2008

Redação: Brasília, São Paulo, 1910: 10 julho 2008

Revisão: Brasília, 5 setembro 2008